

## ARTIGO

**AÇÕES DOCENTES QUE VISAM AO DESPERTAR PARA UMA SOCIEDADE JUSTA E IGUALITÁRIA**Ana Paula Shimizu Bardichi<sup>1</sup>Patrícia Tanganelli Lara<sup>2</sup>Paulo Sérgio Pádua de Lacerda<sup>3</sup>**RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo mostrar que é possível a promoção do despertar para uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da ação docente. Para tanto foi feita uma pesquisa descritiva. Os resultados mostraram que é realmente possível ao professor promover atividades em classe que despertam o senso de empatia e respeito à pessoa com deficiência, por meio da escolha de material didático pelo professor que propicia uma reflexão a esse respeito.

**Palavras-chave:** deficiente, deficiência, integração, diversidade, ação docente, material didático.

**ABSTRACT**

This paper aims to show that it's possible the awaking to a more just and egalitarian society, through teacher's performance. This way, it was developed a descriptive research. The results showed that it's really possible to the teacher to encourage class activities which awake the sense of empathy and respect towards people with disability, through the choice of teaching material by the teacher, which propitiates a reflection about it.

**Key words:** deficiency, deficient, integration, diversity, teacher's action, educational material.

---

<sup>1</sup> Professora do Ensino Superior e atual pró-reitora do Instituto Superior de Educação e Coordenadora de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Sumaré.

<sup>2</sup> Doutora em Educação Especial e atual tutora e professora do Instituto Superior de Educação do Centro Universitário Sumaré.

<sup>3</sup> Professor do Ensino Superior e atual pró-reitor do Instituto de Engenharias e Arquitetura do Centro Universitário Sumaré,

## 1 INTRODUÇÃO

Muitas são as dificuldades para a prática da Escola Inclusiva no Brasil. É verdade que a convivência entre alunos com deficiência e sem deficiência representa uma conquista não só para a pessoa com deficiência (PcD), como também para os demais alunos, que têm a possibilidade de aprender a conviver com as diferenças presentes na coletividade.

O relato de muitos docentes sobre alunos com deficiência em escolas é o de que eles, ao serem inseridos em classes comuns, são normalmente segregados em função do prejuízo que sofrem, com relação ao desempenho que apresentam nas atividades escolares e pelo fato de não se saber como explorar suas potencialidades, que abordagens devem ser feitas. Para que essa segregação não ocorresse, seria necessário que essas crianças ‘incluídas’ cumprissem de fato e sistematicamente todas as atividades da classe, o que concerne as lições de casa, os exercícios de aula, as redações e as apresentações orais e se engajarem nas atividades sociais e lúdicas no pátio durante o recreio e os intervalos, bem como nas aulas de Educação Física e Artes. Para isso, seria necessário um investimento por parte dos governos (município, estado e federação) em material didático especializado para cada tipo de deficiência, verba destinada à capacitação docente, à adaptação do espaço físico, à presença de um especialista em deficiências, entre outras ações, para aumentar a autonomia do aluno com deficiência ‘incluído’ em escola regular e diminuir o desvio entre a deficiência e a ‘normalidade’.

Mas, o que ocorre no Brasil, e mais especificamente no Estado de São Paulo, é que esse investimento não tem sido feito e que normalmente esses alunos são colocados nas classes comuns, sem nenhum suporte, tanto a eles quanto ao docente. O fato do aluno com deficiência estar matriculado em escola regular não promove a sua efetiva inclusão junto à comunidade escolar, principalmente no que se refere às relações interpessoais (professor–aluno com deficiência ou aluno com deficiência-colegas não portadores de deficiências).

O Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, considerando a população com idade igual ou superior a dois anos, segundo estimativas feitas pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022. Desta forma a reflexão docente deve indagar como têm sido a inclusão e a integração de algumas dessas pessoas no ambiente escolar. Infelizmente a resposta a esse questionamento não é das mais animadoras, pelos mais variados motivos, dentre eles a falta de capacitação adequada ao docente e a falta de exercício da cidadania dos discentes. Ainda que não receba o incentivo adequado de instituições, capacitações, o docente pode promover a prática da inclusão e a promoção do exercício da cidadania, por meio da escolha de bons materiais didáticos para este fim. Desta forma, faz-se a seguinte pergunta: de que forma a ação docente pode promover a reflexão sobre diversidade e sobre a inclusão do PcD, de modo a contribuir na formação de cidadãos mais conscientes para uma sociedade mais justa e inclusiva? Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral mostrar que é possível a promoção do despertar para uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da ação docente.

## **2 SOCIEDADE INCLUSIVA**

Vive-se um momento histórico muito importante no Brasil, em que vários segmentos sociais lutam pelos seus direitos de inclusão na sociedade. É o que acontece com as mulheres, os negros, os sem-terra e tantos outros excluídos. Embora não tenham conseguido plenamente sua inclusão na sociedade, já avançaram muito.

Assim como esses, há também um outro grupo de excluídos: as pessoas com deficiência, que não têm acesso aos direitos que devem pertencer a todos os cidadãos, o direito à saúde, ao trabalho, à locomoção, ao transporte, ao esporte, à cultura, ao lazer e à educação. Leis têm sido criadas para a garantia desses direitos, o que já representa uma grande conquista. Entretanto é possível perceber facilmente como se excluem as pessoas consideradas diferentes.

É preciso conhecer e reconhecer essas pessoas que vivem como todas as outras. Se todos desejam uma sociedade realmente democrática, é preciso criar uma nova ordem social, pela qual todos sejam incluídos no universo dos direitos e dos deveres.

Como é ser pai ou mãe de uma criança que não enxerga? Como funciona a casa de uma família com deficientes auditivos? Como é a vida de uma pessoa que precisa de uma cadeira de rodas para se locomover? Quais os sentimentos de um aluno com deficiência que vai à escola pela primeira vez? Essas e tantas outras perguntas levam à reflexão sobre as dificuldades e as conquistas desses excluídos e pensar na possibilidade de concretização dos seus direitos: soluções simples para que possam estar nas salas de aula, ter plena assistência à saúde, receber qualificação profissional, concorrer a uma vaga de emprego, praticar um esporte, desfrutar de cultura e lazer etc.

Isto só concretizar-se-á se cada cidadão fizer a sua parte perguntando-se: O que eu posso fazer como empresário, comerciante, professor, médico, advogado e tantos outros profissionais, para contribuir na inclusão daqueles que são apenas diferentes da maioria?

Buscar respostas para essa pergunta é um aprendizado nem sempre fácil: exige o desejo de conhecer, de se arriscar, de se envolver e de agir. Buscar estas respostas é construir uma sociedade inclusiva.

A sociedade inclusiva tem como objetivo principal oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e autodeterminada. Dessa forma, a sociedade inclusiva é democrática, reconhece todos os seres humanos como livres e iguais e com direito ao exercício de sua cidadania. Ela é, portanto, fraterna, pois busca todas as camadas sociais, atinge todas as pessoas, sem exceção, respeitando a sua dignidade.

Para que uma sociedade se torne inclusiva, é preciso cooperar no esforço coletivo de sujeitos que dialogam em busca do respeito, da liberdade e da igualdade. Porém, é triste dizer, mas é fato: a atual sociedade em que se vive não é inclusiva; há grupos de pessoas discriminadas, inclusive nas denominações que recebem: inválido, excepcional, mongol, down, manco, demente etc. Tais palavras revelam preconceito e a ideia de que são essas pessoas quem precisam mudar para que possam conviver na sociedade. Diante de absurdo preconceito, o problema é do surdo que não entende o que está sendo dito na TV, e não da emissora, que não dispôs de um intérprete de Libras (Linguagem Brasileira de Sinais); é do cego, por não saber das novas leis, e não do poder público que não as divulga oralmente ou em Braille; é do deficiente físico, que não pode subir as escadas, e não de quem aprovou uma construção sem rampas. Assim fica atribuída à pessoa com deficiência a responsabilidade de sua integração à sociedade.

O termo *inclusão*, diferentemente, indica que a sociedade, e não a pessoa com deficiência, deve mudar. Para isso, até as palavras e expressões para denominar as diferenças devem ressaltar os aspectos positivos e, assim, promover mudanças de atitudes em relação a essas diferenças.

### 3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No âmbito educacional, a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo é resultado de um movimento para assegurar a todos os cidadãos, inclusive aos alunos com deficiência e aos portadores de necessidades educacionais especiais a possibilidade de aprender a administrar a convivência digna e respeitosa, numa sociedade muito complexa e diversificada.

A convivência na diversidade proporciona ao aluno com deficiência e ao portador de necessidades educacionais especiais maior possibilidade de desenvolvimento acadêmico e social. Proporciona ainda, para todos, docentes e discentes, com ou sem necessidades educacionais especiais, a prática saudável e educativa da convivência na diversidade e da administração das diferenças no exercício das relações interpessoais, aspecto fundamental da democracia e da cidadania.

A leitura que a sociedade tem feito sobre a deficiência e sobre a pessoa com deficiência foi se diversificando no decorrer dos séculos, determinando suas ações.

A diversidade está presente em nossa sociedade; é um erro afirmar que somos todos iguais, pois na verdade não o somos; todos nós temos potencialidades e limitações distintas. Para tanto é necessária a consciência a respeito dessa sociedade em que a diversidade está presente. A opção política pela construção de um sistema educacional inclusivo está feita.

Cabe a cada docente, a partir deste momento, a efetivação deste desafio que, embora de difícil realização, é de sua competência. É preciso enfrentar medos, garantir as condições e construir modelos de inclusão educacional.

### 3.1 Amparo legal assegurado à pessoa com deficiência, quanto a sua educação

Como já foi dito anteriormente, leis, decretos e emendas não são sinônimos de exercício de cidadania, mas representam um passo inicial para que mudanças ocorram. E esse movimento tem se intensificado no que diz respeito à educação inclusiva.

Nos termos da lei, são assegurados à pessoa com deficiência:

- Como qualquer outro cidadão, o direito à educação pública e gratuita, preferencialmente na rede regular de ensino e, se for o caso, a educação adaptada às suas necessidades em escolas especiais, conforme estabelecido no art. 58 e seguintes da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 24 do Decreto nº 3.289/99 e art. 2º da Lei nº 7.853/89.
- Serviço de apoio especializado, na escola pública regular, para atender o aluno com deficiência, inclusive obrigando a escola a se equipar, visando ao eficaz atendimento à pessoa com deficiência, conforme determina o parágrafo primeiro, do art. 58, da Lei Federal nº 9.394/96, o Poder Público.
- Mesmos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsa de estudos, como assegura o Decreto Federal nº 3.298/99, no seu art. 24, inciso VI.
- Inclusão da obrigatoriedade de docentes que saibam a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), no currículo da rede pública estadual de ensino, estendendo-se aos cursos de magistério, formação superior nas áreas das ciências humanas médicas e educacionais, e às instituições que atendem ao aluno portador de deficiência auditiva, segundo a Lei Estadual nº 10.379, de 10 de janeiro de 1991, no seu art. 3º.
- Acesso à educação especial para o trabalho, tanto em instituição pública quanto privada, que lhe proporcione efetiva integração na vida em sociedade. Nesse caso as instituições são obrigadas a oferecer cursos de formação profissional de nível básico, condicionando a matrícula do deficiente à sua capacidade de aproveitamento, e não ao seu nível de escolaridade. Ainda deverão oferecer serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa, como adaptação de material pedagógico, equipamento e currículo, capacitação de docentes, instrutores e profissionais especializados, adequação de recursos

físicos, como a eliminação de barreiras ambientais, conforme descrito no art. 59, inciso IV, da Lei Federal nº 9.394/96 e o art. 28, do Decreto nº 3.298/99.

- Educação superior, tanto em escolas públicas quanto privadas, em todas as suas modalidades que são determinadas pelo art. 44, da Lei Federal nº 9.394/96, e art. 27, do Decreto nº 3.298/99. Essas modalidades são: cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino; de graduação, abertos a candidatos diplomados em curso de graduação e que atendam às exigências da instituição de ensino; e de extensão, aberto a candidatos que atendam a requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.
- Adaptações necessárias às pessoas com deficiência, segundo suas características, no caso de provas ou exames de seleção, conforme, o art. 27, do Decreto nº 3.298/99.

Segundo Mrech (2001),

entende-se por educação inclusiva o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem na rede regular de ensino em todos os seus graus. A maior parte da sociedade acredita que a inclusão escolar seja apenas para as crianças em situação de deficiência. No entanto, os estudos recentes acerca da inclusão mostram que ela deve contemplar todas as crianças e jovens que têm necessidades educativas.

A Educação inclusiva significa educar todos os alunos em um mesmo ambiente, com o contexto escolar acolhendo e entendendo a diferença como fator positivo, valorizando a diversidade. Entendemos, pela leitura de diversos textos e documentos legais, a Educação Inclusiva como condição indispensável à formação do cidadão livre, integrado à sociedade e consciente, partindo do princípio de que a principal característica do ser humano é a pluralidade, a heterogeneidade – e não a uniformidade de cores, comportamentos, ritmos. A atuação docente é fundamental nesta promoção; ele pode atuar de diferentes formas para atingir estes objetivos, um deles é o trabalho com material didático que promova reflexões sobre conscientização, integração, respeito e diversidade.

#### 4 SUGESTÃO DE PLANO DE AULA QUE VISA À PROMOÇÃO DA CONSCIENTIZAÇÃO DO PAPEL CIDADÃO

Para que o docente torne a sala de aula um ambiente inclusivo, são necessárias algumas ações: planejamento, sensibilização, implantação, expansão e consolidação dos princípios da educação inclusiva. É válido ressaltar que ações simples são capazes de trazer grandes e efetivos resultados. Para tanto, apresentamos a seguir um plano de aula, com o objetivo de mostrar como a ação docente, com foco na integração e inclusão de alunos deficientes, realmente é eficaz.

Consideramos um plano de aula da disciplina português, para uma classe de quarta série do Ensino Fundamental I, cujo conteúdo a ser ministrado resume-se nos elementos da narrativa (enredo, personagens, tempo, espaço e narrador).

O plano de aula a seguir foi realmente proposto e aplicado tal qual descrito:

##### **Identificação:**

- Nome da escola: xxxx
- Série: 4º Série do Ensino Fundamental I
- Ano: 2023
- Disciplina: Português
- Número de alunos por classe: 35 alunos.

##### **Justificativa da disciplina:**

O ensino de Língua Portuguesa não deve ser entendido apenas como normatização da língua, tal qual se praticava nas escolas décadas atrás; apenas livros ditavam o que deveria ser estudado, bastava seguir as páginas da gramática adotada pelo professor e memorizar todas as regras listadas. Tal concepção é oriunda de tempos antigos, em que a chamada língua era usada por uma minoria aristocrata política e econômica, portanto seu ensino deveria atender exclusivamente aos interesses dessa classe dominante.

A língua é algo vivo, é rica, é dinâmica. Ela é também gramática, estrutura, mas não é só isso. A língua está presente na vida do ser humano, desde os seus primeiros dias de vida, portanto não pode ser reduzida a normas. Segundo Bagno (2005) "... a

educação linguística de cada indivíduo começa logo no início de sua vida, quando, em suas interações com a família, adquire a sua língua materna”. As aulas de Língua Portuguesa devem buscar a compreensão “dos fenômenos da interação social por meio da linguagem, da relação entre língua e sociedade, da aquisição da língua pela criança, dos processos envolvidos no ensino formal da língua, do controle social exercido pelas ideologias veiculadas no discurso etc.” (Bagno, 2005). Essa é uma maneira de se reconhecer, admitir e valorizar a diversidade, a variedade e a pluralidade em todas as esferas da vida social.

### **Objetivos:**

- Fazer o aluno refletir sobre a língua e o mundo em que vive;
- Despertar no aluno a noção de que se vive num mundo onde a diversidade está presente;
- Levar o aluno a perceber que é necessário o respeito à diversidade;
- Incentivar no aluno o gosto pela leitura;
- Desenvolver no aluno a capacidade de reconhecer os elementos da narrativa.

### **Conteúdos:**

- Elementos da narração (enredo, personagens, tempo, espaço e narrador);
- Conceitos das palavras / expressões *cidadania, diversidade, deficiência, amparo legal* etc.

### **Metodologia:**

- Leitura individual do texto “Olimpíadas de Seattle” (a leitura individual de texto visa ao registro do ponto de vista de cada aluno);
- Discussão em grupo da leitura feita (essa atividade visa ao compartilhamento de diferentes impressões do texto proposto);
- Primeira aula expositiva (visa ao esclarecimento dos conceitos / expressões *cidadania, diversidade, deficiência, amparo legal* etc.);
- Trabalhos em grupo: produção e texto (visam não apenas à discussão de ideias com os colegas, como o registro de suas impressões);

- Exposição dos textos produzidos (visa à discussão de ideias e ao respeito a opiniões alheias);
- Segunda aula expositiva, sobre os elementos da narração propriamente ditos (visa ao reconhecimento dos alunos desses elementos em texto narrativo);
- Análise do texto “O cachorrinho especial” (visa à verificação do conteúdo ministrado, bem como se houve mudança no saber ser dos alunos com relação à deficiência física).

### **Competências:**

#### Saber saber:

- Elementos do texto narrativo;
- Conceitos das palavras / expressões *cidadania, diversidade, deficiência, amparo legal* etc.

#### Saber ser:

- Expor suas ideias e respeitar as dos colegas;
- Discutir diferentes pontos de vista;
- Cooperar com colegas com maiores dificuldades;
- Discordar de um ponto de vista sem fundamento, incoerente, sem faltar com respeito à pessoa que o expôs;
- Aceitar críticas do professor e de colegas de maneira positiva;
- Respeitar o ritmo de aprendizado de colegas;
- Propor contribuições positivas às apresentações de e às aulas de um modo geral;
- Ser reflexivo sobre o próprio comportamento.

#### Saber fazer:

- Coletar dados com precisão;
- Usar vocabulários e conceitos;
- Considerar duas ou mais fontes de informação;
- Distinguir fatos relevantes de irrelevantes;
- Exercitar a conduta comparativa;
- Exercitar o pensamento hipotético – inferencial;
- Traçar estratégias para verificar hipóteses;

- Usar instrumentos verbais adequados;
- Comunicar com exatidão respostas.

### **Avaliações sugeridas:**

- Produção de textos escritos, orais e visuais;
- Apresentação de um trabalho de pesquisa sobre o assunto proposto;
- Registro do professor do saber ser dos alunos.

O plano de aula anteriormente mostrado será agora descrito mais detalhadamente e comentado, enfatizando as ações docentes para a sensibilização e efetivação da inclusão de alunos deficientes em escolas regulares, bem como o registro do comportamento dos alunos com relação à possibilidade de presença de um aluno com deficiência em seu meio educacional:

O professor não disse que os alunos estudariam os elementos da narração, pois o objetivo desta primeira aula era a abordagem do tema “deficiência”. O professor iniciou a distribuição do texto a seguir a cada aluno:

#### Olimpíadas de Seattle

Há alguns anos, nas olimpíadas especiais de Seattle, nove participantes, todos com deficiência mental, alinharam-se para a largada da corrida dos 100 metros rasos. Ao sinal, todos partiram, não exatamente em disparada, mas com vontade de dar o melhor de si, terminar a corrida e ganhar.

Um dos garotos tropeçou no asfalto, caiu e começou a chorar. Os outros oito ouviram o choro. Diminuíram o passo e olharam para trás. Então viraram e voltaram. Todos eles. Uma das meninas com Síndrome de Down ajoelhou, deu um beijo no garoto e disse:

- Pronto, agora vai sarar!

E todos os nove competidores deram os braços e andaram juntos até a linha de chegada. O estádio inteiro levantou e os aplausos duraram muitos minutos...

Talvez os atletas fossem deficientes mentais... Mas com certeza, não eram deficientes espirituais... "Isso porque, lá no fundo, todos nós sabemos que o que importa nesta vida, mais do que ganhar sozinho é ajudar os outros a vencer, mesmo que isso signifique diminuir os nossos passos..."

(Autor desconhecido)

Após a leitura individual do texto, o professor propôs aos alunos uma discussão sobre o tema sugerido pelo texto. Esse exercício de discussão permitiu ao professor investigar o que os alunos conheciam sobre o assunto; alguns mencionaram não conhecer nada, outros, tímida e espontaneamente (chamaram o professor na carteira), mencionaram ter um irmão, primo, vizinho com deficiência. Alguns alunos demonstraram compaixão por pessoas com deficiência por meio de falas como “Coitadinho”, ou “Não sou de ajudar os outros, mas, se eu estivesse no estádio, também ajudaria o deficiente!”. Tais frases comprovaram sobre a ajuda a PcD apenas com caráter assistencialista, e não por exercício de cidadania consciente. Então o professor perguntou aos alunos porque ajudam ou ajudariam a PcD e a resposta foi unânime: por dó, por piedade. Fez-se necessário, portanto, que o professor fizesse uma intervenção sobre a ajuda fruto de consciência, não de caridade. Alguns alunos compreenderam, tanto é que fizeram comentários bastante pertinentes: “É verdade, professor, antes de reclamar, precisamos pensar que tem gente em pior situação”, “Concordo, professor, tanta gente não tem pernas e braços, e eu reclamo de uma dorzinha à toa”. Outros, porém insistiram em afirmar que só ajudam aqueles por quem sentem dó.

A seguir, o professor perguntou se os alunos ajudariam um colega com deficiência em sala de aula. A maioria que se manifestou respondeu afirmativamente. O professor perguntou então se eles concordam com a ideia de um aluno com deficiência estudar numa classe regular. Uma aluna interrompeu a fala do professor ao perguntar:

- Classe regular é a classe para gente normal?

O professor não respondeu afirmando, nem negando, pois preferiu fazer uma pergunta à classe:

- O que significa uma pessoa normal?

A maioria respondeu que normais são aqueles que não têm deficiência. Outros disseram que normais são os “sem defeitos”.

Com o intuito de intrigar realmente os alunos, foi feita a pergunta:

- Então se todos vocês não têm deficiências é porque são normais, certo? Isso significa que todo deficiente é anormal?

Nesse momento as respostas foram diversas; alguns responderam que PcDs são de fato anormais e outros disseram que a deficiência não os faz anormais, mas diferentes.

Tais falas demonstraram a ideia de que muitas pessoas fazem da PcD, o que sugerem, mesmo que de maneira velada, certo preconceito, muitas vezes fruto de desconhecimento. É, portanto, de extrema valia a intervenção docente para quebrar tal preconceito; o primeiro passo da intervenção docente deve ser o de esclarecer, já que muito se fala, mas pouco se sabe sobre as deficiências. Para tanto o professor, ministrou uma aula expositiva sobre os conceitos *diversidade, deficiência, pessoa com deficiência, direitos da PcD* entre outros. Após essa explanação, foi perguntado aos alunos se eles conheciam seus direitos. Embora expressas com palavras muitas vezes confusas, com ajuda do professor, os alunos conseguiram enumerar os direitos mais elementares de todo cidadão: à saúde, à educação, ao transporte, ao lazer etc. Como o assunto discutido tratava de direitos previstos na Constituição, o professor retomou a fala interrompida por uma aluna:

- Um aluno com deficiência pode estudar numa classe como esta?

Muitos alunos se entreolharam e não responderam. Depois de algum tempo de silêncio, uma aluna opinou:

- Poder, ele pode, mas acho que ele não deve, porque é tudo mais difícil para ele.

- Mas difícil por quê? Perguntou o professor.

- Porque ele precisa de muita ajuda para estudar numa classe como esta.

- E você o ajudaria? Novamente o docente fez uma pergunta.

- Se fosse deficiente físico sim, mas se fosse mongol não!

Outros concordaram com a colega ao afirmar:

- Se for cego, surdo ou andar de cadeira de rodas ou muleta tudo bem. Mas eu tenho medo que um mongol me bata ou tenha uma crise na minha frente.

Percebendo que os alunos não tinham clareza sobre os tipos de deficiências mentais, o professor explanou brevemente sobre as mais frequentes, explicitando que deficientes mentais não batem, não agridem, não os sujam, exceto casos gravíssimos que são encaminhados às escolas especializadas. Tal explanação do docente é de suma importância no processo de implantação da educação inclusiva, já que cabe a ele quebrar preconceitos, sobretudo quanto aos termos usados, e respeitar a diversidade.

Uma vez esclarecido o que era necessário, os alunos se sentaram em grupos para discutirem e elaborarem o que pensavam / conheciam sobre PcDs, deficiências antes de

terem essa aula, e o que passaram a conhecer após as considerações feitas. Os alunos eram livres para elaborar o gênero textual de sua preferência.

Posteriormente, na aula subsequente, os alunos socializaram seus textos com a classe toda; com a orientação do docente, que falou novamente sobre o que se entende por respeito às características de cada um, em especial os PcDs, o professor pediu aos alunos que descrevessem oralmente que sensações provavelmente teriam se, na condição de PcD, fossem discriminados; os alunos deram variadas respostas, tais como tristeza, revolta, mágoa etc. O professor aproveitou a oportunidade de chamar a atenção dos alunos sobre a necessidade de colocar-se no lugar do outro, de pensar e repensar suas ações.

Na sequência, o professor distribuiu um novo texto aos alunos:

### O CACHORRINHO ESPECIAL

William Neto Cândido

Bruno parou em frente à vitrine de uma loja que vendia cachorrinhos e resolveu entrar.

- Moço, quanto custam esses filhotes? – perguntou para o homem atrás do balcão.
- Eles custam duzentos reais – respondeu o homem.
- Bom... só tenho cinquenta reais...
- Então você precisa juntar o restante para poder comprar, não é?
- É verdade, mas será que posso ver os filhotes?

O homem sorriu e chamou Luna, a cadela, que veio correndo assim que ouviu seu dono chamá-la. Junto a ela estavam seus cinco filhotes, que mais pareciam cinco bolinhas felpudas rolando ao seu lado.

Bruno imediatamente apontou para um dos cachorrinhos e perguntou:

- Moço, o que há com ele?
- Ele nasceu com um defeito na pata. Ele vai mancar para sempre – respondeu o homem.

Bruno logo se animou e disse:

- Este é o cachorro que eu quero comprar!
- Se você realmente quiser ficar com ele, eu lhe dou de presente – respondeu o dono da loja.

- Mas eu quero pagar. Ele vale tanto quanto os outros. Eu lhe dou os cinquenta reais que tenho e mais dez reais por mês, até completar os duzentos – respondeu o menino.

O dono da loja contestou:

- Ora, você não vai querer justamente este cachorrinho! Eu não posso aceitar a sua oferta! Ele nunca vai poder pular e correr com você, como qualquer cão saudável. Por que não leva um outro?

Então, Bruno levantou a calça até a altura do joelho e disse:

- Tá vendo moço, eu uso esse aparelho para andar e por isso não consigo correr muito bem. Esse cachorrinho vai precisar de alguém que entenda o problema dele também.

Após a leitura individual do texto, foi feita uma breve explanação sobre os conceitos discutidos - *cidadania, diversidade, deficiência, amparo legal* – e a seguir o professor, mediando seus alunos, construiu com os alunos os conceitos dos elementos da narração.

Embora não estivesse prevista no plano de aula, os alunos pediram ao professor outra atividade relacionada ao assunto deficiência. Então o professor, na aula seguinte, trouxe vendas, que foram colocadas em metade dos alunos da classe. Eles trabalharam em pares, fazendo a vivência do cego, que consistiu no aluno vendado ser conduzido nas instalações da escola pelo aluno “que enxergava”; num segundo momento, inverteram os papéis. Ao retornarem à sala de aula, socializaram com todos os alunos as sensações dos seus dois momentos: o de “cego” e o de condutor. Para finalizar, o docente falou sobre a responsabilidade de um para com o bem-estar do outro, sobre a necessidade de respeito às dificuldades alheias e, acima de tudo, sobre a aceitação do outro.

O plano de aula sugerido representa uma, dentre as tantas ações que podem ser facilmente aplicadas por docentes, sempre visando ao desenvolvimento do saber ser dos alunos, a fim de que se tornem adultos intolerantes a qualquer forma de preconceito. Vale ressaltar que o docente que aplicou tal plano de aula nunca recebera nenhum curso de capacitação, sem dúvida nenhuma um excelente processo formador, mas o fato de não ter sido formalmente capacitado não o impediu de promover um ambiente de ensino – aprendizagem favorável a todos os seus discentes, deficientes ou não.

Ações docentes como essa são as maiores contribuições para a efetivação da inclusão de deficientes em escolas regulares. São pequenas ações como essas que permitem a sensibilização dos alunos em relação a colegas deficientes. Uma vez que as ações docentes contemplaram a sensibilização discente, os alunos passarão a ver os deficientes de outra maneira: se antes eram vistos como pessoas que mereciam a

caridade e a bondade dos outros, agora passam a vê-los como cidadãos detentores de direitos; se antes eram vistos como meros pacientes à espera de ajuda, agora representam cidadãos que podem alcançar sua autonomia como outro qualquer; se antes eram vistos como pessoas passivas, que esperavam a tomada de decisão dos outros, hoje passam a ser consideradas pessoas capazes de tomar decisões por si só; se antes a sala de aula era tida como um espaço que não pertencia de fato ao deficiente, agora é entendida como um exemplo de quebra de barreiras e de preconceitos, já que é vista como um ambiente a ser desfrutado por qualquer cidadão, deficiente ou não; os deficientes antes rotulados de maneira preconceituosa como mongóis, bobos, inúteis, hoje são respeitados por suas potencialidades, já que tiveram a oportunidade de mostrá-las.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo geral mostrar que é possível a promoção do despertar para uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da ação docente. Foi explanado que há uma distância entre o que é necessário ser feito pelos governos (município, estado e federação), como investimentos em materiais didáticos, capacitação docente, adaptação de espaço físico, presença de um especialista em deficiências em ambiente escolar etc. e o que é feito de fato.

Ações docentes simples, que não requerem investimentos financeiros, propiciam o despertar de respeito para com a PcD, bem como empatia, fatores essenciais na construção de uma sociedade igualitária e justa. Foi mostrado um plano de aula justamente com tal finalidade.

O papel docente vai muito além dos limites da sala de aula, ele deve atuar de forma que leve o aluno a criticar, pensar, gerar dúvidas e, acima de tudo, fazê-lo questionar-se.

A atual sociedade necessita de professores comprometidos, que fazem a diferença na escola e na vida dos alunos; são esses educadores comprometidos que tem a capacidade de transformar vidas e toda uma sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. Tarefas da educação linguística no Brasil. **Rev. Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 5, n. 1, 2005.

BRASIL, Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) . Acesso em: 01º.09.2023.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html> . Acesso em: 01º.09.2023.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professor?** – Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

MAGALHÃES, M. C. (org.). **A formação do professor como um profissional crítico** – Linguagem e Reflexão. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

MRECH, L. M. **O que é educação inclusiva?** Trabalho apresentado no evento do Lide. Seminário Educação Inclusiva: Realidade ou Utopia?, em 5 de maio de 1999, no auditório da Faculdade de Educação da USP. Disponível em: [http://www.inclusao.com.br/index\\_.htm](http://www.inclusao.com.br/index_.htm). Acesso em: 29.08.2023.

MRECH, L. M. O que é educação inclusiva? **Revista Integração do MEC**, Brasília, v. 20, p. 37, 2001.

SANTOS, R. O. F. Algumas considerações sobre a Educação Inclusiva e as novas exigências para a formação de professores. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/algumas-consideracoes-sobre-a-educacao-inclusiva-e-as-novas-exigencias-para-a-formacao-de-professores>. Acesso em: 29.08.2023.

SASSAKI, R. K. **Inclusão no lazer e turismo** – em busca da qualidade de vida. São Paulo: Áurea Editora, 2003.